

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.501 - MG (2018/0307198-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **KENNIO SOARES DE AZEVEDO**
ADVOGADOS : **GILMARA APARECIDA DE CASTRO GARCIA - MG096833**
 ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI - MG075853N
RECORRIDO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **DANIEL BUENO CATEB - MG058937**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Kennio Soares de Azevedo, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 200):

APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO ADMINISTRATIVO – PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA EFETIVADO – LEI COMPLEMENTAR N. 100/2007 – REGIME ESTATUTÁRIO – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – NÃO CABIMENTO – RECURSO NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente sustenta violação do art. 19-A da Lei do FGTS, ao fundamento de que "[...] o que se busca não é transmutar em celetista o vínculo existente entre a parte Recorrente e a parte Recorrida, mas assegurar a concessão do direito à percepção de FGTS, legalmente assegurado. [...]" (e-STJ, fl. 349), referindo-se ao seu contrato de trabalho com a administração pública estadual.

Pugna pela existência de dissídio jurisprudencial a respeito da interpretação do art. 19-A da Lei do FGTS consoante as razões acima.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento assentado pela Corte de origem alinha-se à jurisprudência do STJ no sentido de que o FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CF/1988. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RELAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. SUJEIÇÃO ÀS REGRAS

Superior Tribunal de Justiça

DE DIREITO PÚBLICO.

O entendimento manifestado no acórdão estadual não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que o direito ao FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88. Desse modo, não há falar em direito aos respectivos depósitos. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.485.297/MG, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 9/3/2015)

Incide, à hipótese, o teor da Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator